

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

125 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 30/05 a 3/06/2022

2
2
3
3
3
4
4
4
5
5
5
6
6
6
6
6
7
7
7
7
7

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO

Como demos nota na passada síntese, teve lugar, a 30 e 31 de maio em Bruxelas, uma <u>reunião extraordinária do Conselho Europeu</u>, que adotou conclusões (disponíveis <u>aqui</u>) sobre a Ucrânia e sobre a segurança alimentar, a segurança e defesa e a energia. No primeiro dia da cimeira, durante o debate sobre a Ucrânia, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskyy, interveio por videoconferência. No segundo dia da cimeira, participou - também remotamente - o presidente da União Africana, Macky Sall, no debate sobre a segurança alimentar.

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, deu uma conferência de imprensa (disponível aqui), em que sublinhou os principais resultados desta Cimeira, de que destacamos:

- Agressão da Rússia contra a Ucrânia: insta-se a Rússia a cessar imediatamente os seus ataques e a retirar, imediata e incondicionalmente, todas as suas tropas e equipamento militar de todo o território da Ucrânia dentro das fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas. Os dirigentes sublinharam que o direito internacional humanitário, incluindo a Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, deve ser plenamente respeitado. Apelaram igualmente à Rússia para que permita o acesso humanitário imediato e a passagem em segurança de todos os civis em causa, e o regresso em segurança dos ucranianos levados à força para a Rússia.

A União Europeia mantém-se empenhada em continuar a reforçar a capacidade da Ucrânia para defender a sua integridade territorial e a sua soberania. A este respeito, o Conselho Europeu congratulou-se com a adoção da recente decisão do Conselho de aumentar o apoio militar à Ucrânia ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Em matéria de crimes de guerra, os Chefes de Estado e de Governo da UE congratularam a criação de uma equipa de investigação conjunta coordenada pela Eurojust e com o apoio operacional em curso prestado pela Europol.

- <u>Sanções</u>: o Conselho Europeu decidiu que o sexto pacote de sanções contra a Rússia abrangerá o petróleo bruto, bem como os produtos petrolíferos, fornecidos pela Rússia aos Estados-Membros. Será prevista uma exceção temporária para o petróleo bruto fornecido via oleoduto. Em caso de interrupção súbita do fornecimento, serão tomadas medidas de emergência para garantir a segurança do aprovisionamento.
- **Segurança alimentar:** A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia está a ter um impacto direto na segurança alimentar e na comportabilidade dos preços dos alimentos a nível mundial. O Conselho Europeu exortou a Rússia a pôr termo aos seus ataques a infraestruturas de transporte na Ucrânia, levantar o bloqueio dos portos ucranianos do mar Negro e a permitir as exportações de alimentos, em especial a partir de Odessa.

O Conselho considera que a Rússia está a utilizar os alimentos como uma arma de guerra, destruindo culturas, bloqueando toneladas de cereais e provocando o risco de fome a nível mundial.

Segurança e defesa

O Conselho Europeu analisou a problemática da <u>segurança e defesa da UE</u> na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Neste novo contexto, recordando a <u>Declaração de Versalhes</u> e as Conclusões do Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2022, os dirigentes da UE salientaram a importância de implementar com determinação a Bússola Estratégica, consolidar as parcerias da UE (nomeadamente com a <u>NATO</u>), reforçar a sua resiliência e aumentar a sua capacidade em matéria de segurança e defesa por meio de mais e melhores investimentos, centrados nas insuficiências estratégicas identificadas.

- <u>Energia</u>: considerando as diferentes matrizes energéticas, condições e circunstâncias dos Estados-Membros da UE, os dirigentes analisaram os progressos realizados no sentido de

1

eliminar progressivamente as importações de gás, petróleo e carvão da Rússia, o que deverá acontecer o mais rapidamente possível, tal como acordado na Declaração de Versalhes, à luz das decisões anteriores referentes a proibições de importação da Rússia e do plano REPowerEU apresentado pela Comissão Europeia.

Porém, e tal como destacado na anterior <u>Síntese</u>, um dos pontos principais em discussão - ainda que não constasse da agenda oficial da Cimeira - era a adoção do <u>sexto pacote de sanções da UE</u> relativamente à Rússia, como consequência da agressão militar contra a Ucrânia, nomeadamente as medidas relativas às importações de petróleo, já referido. Esta proposta tinha encontrado resistência de alguns Estados-Membros, nomeadamente da <u>Hungria</u> e da <u>Eslováquia</u>, países sem acesso ao mar e que são fortemente dependentes do petróleo russo. A <u>Grécia</u> terá também suscitado reservas pelo facto de as sanções afetarem o transporte marítimo de petróleo, setor em que os petroleiros gregos têm particular interesse.

O sexto pacote completo está disponível <u>aqui</u>, ainda que tenha prosseguido a controvérsia após o Conselho, com a Hungria a <u>solicitar</u> que o Patriarca Kirill, líder da Igreja Ortodoxa Russa, fosse excluído das sanções.

2. REFERENDO NA DINAMARCA

A Dinamarca realizou, no passado dia 1 de junho, um referendo sobre o abandono da cláusula de *opt-out* que este país exercia sobre a política comum de segurança e defesa (detalhe <u>aqui</u> e <u>aqui</u>). Cerca de 67% votaram a favor da retirada deste *opt-out*, enquanto 33% se opuseram.

É de notar que este resultado representa uma mudança importante no posicionamento dinamarquês relativamente à integração europeia, sendo que este país já havia votado, em dois referendos anteriores, manter a opção de não participação no euro e na justiça e assuntos internos.

As reações dos líderes da UE foram muito positivas, nomeadamente o Presidente do Conselho Europeu, <u>Charles Michel</u>, a Presidente da Comissão Europeia, <u>Ursula von der Leyen</u>, e o alto representante <u>Josep Borrell</u>, enfatizando que o <u>resultado do referendo</u> representa um voto de confiança na política de defesa da UE.



3. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DA POLÓNIA

A Comissão Europeia aprovou esta semana o **Plano de Recuperação e Resiliência da Polónia** (disponível <u>aqui</u>), tendo a Presidente da Comissão realizado uma deslocação a Varsóvia para assinalar este facto.

É de notar, porém, que na reunião de quarta-feira do Colégio de Comissários, os vice-presidentes executivos Frans Timmermans e Margrethe Vestager votaram contra a decisão, enquanto três comissários - Didier Reynders, Ylva Johansson e Věra Jourová - enviaram cartas manifestando

preocupação com a importância de verificar se a Polónia está de facto a cumprir os "marcos" do Estado de direito a que se comprometeu, antes de desbloquear uma próxima parcela de financiamento.

Conforme consta da aprovação da Comissão, o plano da Polónia contém várias reformas para melhorar o ambiente de investimento na Polónia, nomeadamente uma **reforma abrangente do regime disciplinar aplicável aos juízes polacos que reforce a independência do poder judicial**. Os compromissos essenciais são os seguintes:

- Todos os processos disciplinares contra juízes serão julgados por um tribunal, diferente da atual Câmara Disciplinar, que cumpra os requisitos da legislação da UE, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, sendo assim independente, imparcial, e estabelecido por lei;
- Os juízes não podem ser sujeitos a responsabilidade disciplinar por apresentarem um pedido de decisão prejudicial ao Tribunal de Justiça, pelo conteúdo das suas decisões judiciais, ou por verificarem se outro tribunal é independente, imparcial, e estabelecido por lei;
- Os direitos processuais das partes em processos disciplinares são reforçados;
- Todos os juízes afetados pelas decisões anteriores da Câmara de Disciplina terão o direito de ver estas decisões revistas sem demora por um tribunal que cumpra os requisitos da UE e seja, portanto, independente, imparcial e estabelecido por lei.

Importa, ainda, sublinhar que a Polónia é o país da UE mais afectado pela guerra que assola a Ucrânia, acolhendo 3,6 milhões de refugiados - mais de metade do número total - sendo que algumas <u>análises</u> assinalam uma mudança do ambiente político em Bruxelas, mais favorável à Polónia e, simultaneamente, mantendo a Hungria numa posição de algum isolamento no que diz respeito à (não) aprovação do seu Plano nacional de Recuperação e Resiliência.

Além disso, é de referir que é expectável que a Polónia <u>desbloqueie agora a sua oposição ao acordo</u> sobre a tributação mínima das empresas em 15%, como se pode ler nesta <u>análise</u> do *Político*.

Este tema será objeto de um debate na sessão plenária do PE da próxima semana, face às preocupações manifestadas por vários grupos políticos.

4. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

ECON e ENVI

As Comissões dos Assuntos Económicos e Monetários e do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar realizaram uma audição pública sobre o Regulamento delegado da Comissão, que altera o Regulamento delegado (UE) 2021/2139, no que respeita às atividades económicas em determinados setores energéticos, e o Regulamento delegado (UE) 2021/2178 no que respeita a divulgações públicas específicas para essas atividades económicas, geralmente referido como o ato delegado complementar de taxonomia.

O objetivo da audiência pública era contribuir para o exame do ato delegado que abrange as atividades energéticas nucleares e relacionadas com o gás, tendo participado na audição peritos do setor financeiro, Banco Europeu de Investimento (BEI), Centro Comum de Investigação (CCI) e WWF.

BUDG e ECON

As Comissões dos Assuntos Económicos e Monetários e dos Orçamentos <u>aprovaram um relatório (73 votos a favor, 10 contra e 13 abstenções)</u>, com o intuito de influenciar a próxima revisão da <u>implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) pela Comissão</u>, <u>prevista para 31 de julho de 2022</u>. As comissões apelam a que o financiamento seja associado ao respeito pelo Estado de

direito, e a que se garanta o máximo retorno do investimento, assim como auditoria e controlo regulares das despesas, a fim de proteger os interesses financeiros da UE, investimento e reformas concentrados no aumento da autonomia estratégica da UE nas principais cadeias de abastecimento e infra-estruturas críticas, e mitigar os impactos sociais e económicos da crise com uma utilização eficaz dos fundos para chegar aos cidadãos e à economia real.

ITRE

Os membros da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia <u>aprovaram o acordo</u> com o Conselho para reabastecer mais rapidamente as reservas estratégicas de gás da Europa antes do próximo inverno.

5. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - PARLAMENTO EUROPEU

Na próxima sessão plenária do PE, terá lugar - a 9 de junho - um debate e a votação de uma resolução sobre o seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa, em que será reiterado o apelo de que o Conselho da União Europeia convoque uma **Convenção sobre a reforma institucional da UE**, nos termos do Artigo 48.º do Tratado sobre a União Europeia.

O objectivo do Parlamento é dar vida à ideia de uma revisão dos tratados, enquanto se espera que o Conselho Europeu de 23 e 24 de junho discuta as propostas emanadas da Conferência sobre o Futuro da Europa. No início de maio, o PE mandatou a Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) para preparar um relatório que definisse as políticas e competências sectoriais das instituições da UE que poderiam ser revistas e como essas políticas e competências seriam alteradas. Um primeiro projeto de texto que foi distribuído sugere, entre outros, fazer da saúde uma competência partilhada e abolir a regra da unanimidade dos Estados-Membros no Conselho sobre questões fiscais e sociais ou na revisão da lei eleitoral da UE.

6. VISITA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Teve lugar no dia 1 de junho uma visita ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), no Luxemburgo, organizada pela Presidência francesa no âmbito das atividades desenvolvidas no Grupo de Trabalho da COSAC dedicado ao lugar dos valores europeus como sentimento de pertença à UE. A visita centrou-se no debate entre o Presidente do TJUE, Koen Lenaerts, e outros membros do Tribunal, com os membros dos Parlamentos nacionais sobre dois temas principais: o Estado de direito e o primado do direito da União Europeia. Foi debatido o papel do TJUE nesta sede e a importância dos seus acórdãos na interpretação das normas e definição de conceitos jurídicos, com vista à sua uniformização entre os Estados-Membros, assim como o papel dos Parlamentos nacionais e a colaboração com o Tribunal. A Assembleia da República participou nesta visita, tendo sido representada pela Deputada da Comissão de Assuntos Europeus Natália Oliveira (PS).

7. PROCURADORIA EUROPEIA: UM ANO DE ATIVIDADE

Esta semana a Procuradoria Europeia completou <u>um</u> ano de atividade (Cfr. <u>Síntese n.º 83</u>), tendo sido registados e analisados 4006 relatórios de crimes, abertas 929 investigações e concedidas ordens de congelamento de 259 milhões de euros (mais de quatro vezes o orçamento anual do EPPO). No entanto, subsistem alguns desafios, sendo o mais importante o baixo nível de detecção de fraude da UE. O discurso do Comissário Europeu Didier Reynders nesta ocasião encontra-se disponível <u>aqui</u>.



Recorde-se que a Procuradoria Europeia foi criada com o objetivo de proteger os fundos da UE, bem como de investigar e reprimir crimes como a fraude, o branqueamento de capitais e a corrupção, sempre que afetem o orçamento da União.

8. ADESÃO DA CROÁCIA AO EURO EM 2023

Conforme anunciado esta semana pelo Comissário Europeu responsável pela Economia, Paolo Gentiloni, a Croácia será membro pleno da zona euro a partir de 1 de Janeiro de 2023. Esta conclusão consta do Relatório de Convergência de 2022, que avalia os progressos realizados pela Bulgária, República Checa, Croácia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia no sentido da adesão à área do euro. Abrange os sete Estados-Membros não pertencentes à área do euro que assumiram o compromisso jurídico de adotar o euro.

O relatório conclui que:

- Somente a Croácia e a Suécia cumprem o critério da estabilidade dos preços;
- Todos os Estados-Membros cumprem o critério relativo às finanças públicas, exceto a Roménia, que é o único Estado-Membro sujeito a um procedimento relativo aos défices excessivos;
- A Bulgária e a Croácia são os dois Estados-Membros que cumprem o critério da taxa de câmbio;
- A Bulgária, a Croácia, a Chéquia e a Suécia cumprem o critério relativo às taxas de juro de longo prazo.

O relatório conclui que a Croácia cumpre os quatro critérios de convergência nominal e que a sua legislação é plenamente compatível com os requisitos do Tratado e com os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do BCE. A avaliação da Comissão é complementada pelo próprio Relatório de Convergência do Banco Central Europeu (BCE), que também foi publicado hoje.

9. COMISSÃO EUROPEIA | ANÁLISE DA GESTÃO DA PESCA

A Comissão Europeia publicou esta semana uma comunicação <u>«Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2023»</u>, apresentando a análise anual da gestão da pesca na UE, definindo as prioridades para 2023.

Os <u>principais resultados</u> mostram que os esforços de conservação estão a dar os seus frutos e que a política de pescas da UE permitiu reduzir a sobrepesca nas águas europeias. No entanto, serão

necessários mais esforços para proteger os recursos marinhos, mantendo elevados níveis de ambição na UE e tentando obter os mesmo padrões elevados no trabalho com países terceiros.

Das prioridades definidas na comunicação, destaca-se a melhor gestão das pescas na bacia do Mediterrâneo, aplicação adequada da obrigação de desembarcar, melhor qualidade dos dados dos inquéritos para melhorar o aconselhamento científico e análises económicas e mais ações para proteger os ecossistemas marinhos.

É ainda destacado o custo para a frota de pesca da UE, causado pelo aumento dos preços do combustível naval na sequência da agressão militar russa contra a Ucrânia, assim como a suspensão de atividade próxima da Ucrânia. A UE facilitou o recurso ao apoio em situações de crise ao abrigo do FEAMPA e adotou um quadro temporário de crise para os auxílios estatais, assim como um pacote de apoio adicional.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

O <u>Conselho</u> adotou uma <u>orientação geral</u> sobre as propostas legislativas relativas ao pacote Objetivo 55 relativas aos transportes: infraestruturas alternativas de combustíveis, FuelEU e ReFuelEU Aviation. Foi ainda adotada uma orientação geral sobre os <u>sistemas de transportes inteligentes (ITS)</u> e melhoria dos requisitos de <u>estabilidade para os navios ro-ro de passageiros</u>. Os ministros trocaram ainda pontos de vista sobre o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), com base no seu relatório de progresso.

Conselho de Assuntos Gerais (Coesão)

Nesta <u>reunião</u>, os ministros responsáveis pela coesão discutiram o <u>8.º relatório da Comissão Europeia sobre a coesão económica, social e territorial</u>, com a participação da Comissário Elisa Ferreira. Continuou a adoção das <u>conclusões sobre este relatório</u>, tendo em conta o impacto assimétrico da crise COVID-19 e a agressão da Rússia contra a Ucrânia, assim como as consequências das transições climática, digital e social.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Os ministros debateram os relatórios intercalares sobre o ponto de situação de <u>três dossiês legislativos</u> <u>fundamentais para a transição digital</u>: Regulamento Inteligência Artificial, regulamento revisto relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno (eIDAS), Regulamento Dados.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

Foram trocadas impressões sobre o ponto de situação da reforma da OMC, debatido o atual estado das relações comerciais entre a UE e os Estados Unidos, assim como os recentes desenvolvimentos e principais orientações nas relações comerciais com a China.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, com destaque para os debates sobre:

- Futuro da Europa: propostas para alterar os Tratados;
- Alterações climáticas: Parlamento Europeu pede ação mais rápida e independência energética da UE;
- <u>Guerra na Ucrânia: Resultados da cimeira da UE, parlamento ucraniano e período de</u> perguntas com Borrell.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>8 de junho</u>, destacando-se o *Orçamento Geral 2022*, Relatório anual sobre a gestão do *Orçamento 2020 e Comunicação sobre o quadro de performance 2021-2027*.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 09.06: Conselho (Competitividade); Conselho (Justica e Assuntos Internos)

12. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de maio aqui e do arquivo *online* aqui.

Bruxelas | 3 de junho de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.